

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

EDNA SILVA DE AGUIAR

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS
NAS AULAS DE HISTÓRIA: UM ESTUDO SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
INCLUSIVAS**

**São Borj-RS
2025**

EDNA SILVA DE AGUIAR

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS
NAS AULAS DE HISTÓRIA: UM ESTUDO SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
INCLUSIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura -
História da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Licenciado em
História.

Orientadora Profa. Ma.Waldinelly Martha
Alves Costa

**SÃO BORJA-RS
2025**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pela autora através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

A282i Aguiar, Edna Silva de
INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS
NAS AULAS DE HISTÓRIA: UM ESTUDO SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
INCLUSIVAS / Edna Silva de Aguiar.
35 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, HISTÓRIA, 2025.

"Orientação: Ma.Waldinelly Martha Alves Costa".

1. Ensino de História.. 2. Inclusão Escolar. . 3. Práticas
Pedagógicas Didáticas.. I. Título.


EDNA SILVA DE AGUIAR

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS
NAS AULAS DE HISTÓRIA: UM ESTUDO SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
INCLUSIVAS**


Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
História da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Licenciado em
História.

Área de concentração: História e
Educação Inclusiva.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 17 de julho de 2025.


 Documento assinado digitalmente
WALDINELLY MARTHA ALVES COSTA
Data: 21/07/2025 16:14:27-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Ma. Waldinelly Martha Alves Costa
Orientadora
UNIPAMPA

 Documento assinado digitalmente
LARISSA NUNES CAVALHEIRO
Data: 23/07/2025 13:31:37-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Larissa Nunes Cavalheiro
UNIPAMPA

Prof. Dra. Paula Vanessa Paz Ribeiro
UNIPAMPA

 Documento assinado digitalmente
PAULA VANESSA PAZ RIBEIRO
Data: 21/07/2025 20:51:13-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dedico este trabalho a todos os alunos com necessidades especiais, cuja determinação e resiliência nos inspiram a lutar por uma educação inclusiva e de qualidade. Agradeço sinceramente aos professores e profissionais da educação, que diariamente se dedicam a criar um ambiente de aprendizagem acolhedor e estimulante, reconhecendo que cada aluno, independentemente de suas dificuldades, tem o direito de aprender, crescer e se desenvolver plenamente. Que este trabalho sirva como um tributo ao esforço coletivo em prol de uma educação que valoriza a diversidade e promove a igualdade de oportunidades para todos.

AGRADECIMENTO

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho. Agradeço primeiramente à minha família, pelo apoio incondicional, incentivo e compreensão nos momentos dedicados aos estudos. Aos meus professores e orientadores, que compartilharam seus conhecimentos, ofereceram orientações valiosas e me estimularam a crescer academicamente.

Também sou grata aos colegas e amigos que, com suas trocas de experiências e palavras de motivação, tornaram essa jornada mais leve e enriquecedora. À equipe da Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor Penedo, pela acolhida e pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa no ambiente escolar.

Por fim, agradeço a todas as crianças, que, com suas singularidades, foram inspiração para este estudo e mostraram a importância da inclusão na educação.

A todos, meu muito obrigada.

“O mundo precisa ser cada vez mais inclusivo, pois é na diversidade que encontramos a verdadeira riqueza da humanidade. Somente ao reconhecer e valorizar as diferenças, construiremos uma sociedade mais justa, humana e acolhedora para todos.”

Edna Silva De Aguiar

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas de História do Ensino Fundamental – Anos Finais, com ênfase nas práticas pedagógicas adotadas pelos professores e nos desafios enfrentados no processo de ensino-aprendizagem. A pesquisa analisa de que forma as estratégias pedagógicas, incluindo o uso de ferramentas digitais e atividades lúdicas, contribuem para o desenvolvimento e a participação desses estudantes, promovendo um ambiente escolar mais inclusivo e democrático. Para isso, foi realizada uma análise documental abrangente, envolvendo a consulta a artigos científicos, livros especializados, sites institucionais, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, os planos de aula elaborados pelo professor de História e o material didático utilizado nas turmas. A coleta de dados baseou-se na análise documental e bibliográfica, com o objetivo de identificar as metodologias empregadas e os recursos didáticos aplicados para atender às especificidades dos alunos com necessidades educativas especiais. Os resultados apontam que, apesar dos avanços legais e das políticas públicas voltadas para a inclusão, ainda persistem desafios significativos, como a necessidade de formação continuada dos professores, a adaptação dos conteúdos curriculares e a carência de recursos pedagógicos adequados. A análise documental destacou a importância do fortalecimento das redes de apoio como fator essencial para o êxito do processo inclusivo, conforme evidenciado nos documentos institucionais e nos planejamentos pedagógicos. Este estudo contribui para a reflexão crítica sobre a prática educativa inclusiva, ressaltando a relevância de ações pedagógicas integradas e bem estruturadas que garantam equidade, acesso ao conhecimento e o desenvolvimento integral de todos os alunos, reafirmando o compromisso com uma escola verdadeiramente inclusiva.

Palavras-chave: Ensino de História. Inclusão Escolar. Práticas Pedagógicas Didáticas.

ABSTRACT

This study aims to analyze the inclusion of students with special educational needs in History classes at the Final Years of Primary Education, with an emphasis on the pedagogical practices adopted by teachers and the challenges faced in the teaching-learning process. The research analyzes how pedagogical strategies, including the use of digital tools and playful activities, contribute to the development and participation of these students, promoting a more inclusive and democratic school environment. To this end, a comprehensive documentary analysis was conducted, involving the review of scientific articles, specialized books, institutional websites, the school's Political-Pedagogical Project (PPP), lesson plans prepared by the History teacher, and the didactic materials used in the classrooms. Data collection was based on documentary and bibliographic analysis, aiming to identify the methodologies employed and the teaching resources applied to meet the specific needs of students with special educational needs. The results indicate that, despite legal advancements and public policies aimed at inclusion, significant challenges still persist, such as the need for continuous teacher training, the adaptation of curricular content, and the lack of adequate pedagogical resources. The documentary analysis highlighted the importance of strengthening support networks as an essential factor for the success of the inclusion process, as evidenced in institutional documents and pedagogical planning. This study contributes to critical reflection on inclusive educational practice, emphasizing the relevance of integrated and well-structured pedagogical actions that ensure equity, access to knowledge, and the holistic development of all students, reaffirming the commitment to a truly inclusive school.

Keywords: History education; special needs; school inclusion; pedagogical practices; teaching strategies.

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO	11
2-REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 Inclusão Escolar e Educação Inclusiva	13
2.2 Legislação e Políticas Públicas para a Educação Inclusiva	13
2.3 A Inclusão na Disciplina de História	14
2.4 Práticas Pedagógicas e Desafios no Ensino da História	15
2.5 Ferramentas Digitais e Atividades Lúdicas na Educação Inclusiva	15
3-METODOLOGIA	16
3.1 Tipo de Pesquisa	16
3.2 Instrumentos e Procedimentos de Coleta de Dados	17
3.3 Análise dos Dados	18
4-ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	19
4.1 Análise do Plano de Aula do Professor de História	21
4.2 A Inclusão Escolar na Prática	22
4.3 Ferramentas Digitais, Atividades Lúdicas e Desafios na Inclusão Escolar	23
5-CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	28
ANEXOS	30

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um dos pilares centrais nas discussões contemporâneas sobre o direito à aprendizagem para todos, com ênfase especial nos estudantes com necessidades educacionais especiais. No contexto do ensino de História no Ensino Fundamental, essa perspectiva apresenta não apenas desafios significativos, mas também oportunidades que precisam ser compreendidas e enfrentadas por educadores e gestores escolares. A construção de práticas pedagógicas efetivas e sensíveis à diversidade exige a adoção de estratégias que respeitem as especificidades dos alunos, promovendo sua participação ativa no processo educativo.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como foco a análise das práticas adotadas para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de História, bem como a identificação dos principais obstáculos enfrentados pelos professores e pela instituição escolar na efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

A inclusão escolar é um direito assegurado pela legislação brasileira, que busca garantir igualdade de oportunidades e eliminar barreiras no processo de ensino e aprendizagem. Contudo, na realidade cotidiana das escolas, muitos professores ainda enfrentam dificuldades para adaptar suas metodologias e recursos às necessidades específicas desses alunos. A disciplina de História, por envolver conceitos abstratos, narrativas temporais e análise de fontes, pode representar um desafio adicional. Por isso, torna-se essencial o uso de estratégias diversificadas de ensino, como recursos digitais, atividades lúdicas e adaptações curriculares, que favoreçam o acesso e a compreensão dos conteúdos por parte dos estudantes com necessidades educacionais especiais.

Investigar as práticas inclusivas nesse contexto é fundamental para contribuir com a melhoria da qualidade da educação, promover o sucesso escolar desses estudantes e fortalecer a construção de uma sociedade mais justa, democrática e plural.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar como se dá a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de História do 8.º ano do Ensino Fundamental – anos finais, identificando as práticas pedagógicas adotadas e os desafios enfrentados para promover um ensino inclusivo e de

qualidade, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola.

Com base nesse propósito, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Investigar como o planejamento das aulas de História considera a inclusão, com base no Projeto Político-Pedagógico da escola;

- Analisar os recursos didáticos utilizados, incluindo ferramentas digitais e atividades lúdicas, que favorecem a participação dos alunos com necessidades educacionais especiais;

- Identificar os principais desafios enfrentados pelos docentes na implementação de práticas inclusivas nas aulas de História.

A pergunta norteadora que orienta esta pesquisa é: Como ocorre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de História do 8.º ano do Ensino Fundamental, e de que forma as práticas pedagógicas contribuem para um ensino realmente inclusivo?

A escolha deste tema se justifica pela sua relevância no contexto atual da educação básica, especialmente em disciplinas que exigem habilidades de interpretação e análise histórica. Compreender como os docentes têm promovido a inclusão de alunos com diferentes necessidades é essencial para refletir sobre a prática pedagógica e buscar caminhos mais eficazes de atuação. Este estudo pretende contribuir para o aprimoramento das práticas docentes no ensino de História, à luz dos princípios da educação inclusiva, da legislação vigente e dos documentos orientadores da escola.

Este trabalho está organizado em cinco capítulos. O primeiro apresenta a introdução, a justificativa, os objetivos e a estrutura da pesquisa. O segundo capítulo aborda o referencial teórico, discutindo os conceitos fundamentais sobre inclusão escolar, legislação, práticas pedagógicas e o ensino de História para alunos com necessidades especiais. O terceiro capítulo descreve a metodologia utilizada, detalhando os procedimentos de coleta e análise dos dados. O quarto capítulo apresenta e analisa os resultados obtidos. Por fim, o quinto capítulo traz as conclusões, destacando as contribuições, limitações e sugestões para futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Inclusão Escolar e Educação Inclusiva

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor Penedo, localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 623, no centro do município de Candelária, Rio Grande do Sul, revela o compromisso da instituição com uma educação pública de qualidade. De natureza estadual e situada em área urbana, a escola atende à etapa do Ensino Fundamental, na modalidade de ensino regular, conforme dados do Censo Escolar 2025, do INEP.

O PPP apresenta uma concepção educacional voltada para a formação integral dos estudantes, pautada nos princípios de equidade, inclusão e valorização da diversidade. O documento destaca que “a escola assume o compromisso de garantir a inclusão de todos os alunos, especialmente aqueles com necessidades especiais, promovendo adaptações curriculares e recursos pedagógicos que assegurem sua participação plena no processo educativo” (ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSOR PENEDO, 2023, p. 15). Essa orientação expressa a compreensão de que a escola deve ser um espaço democrático e acolhedor, onde todos tenham assegurado o direito de aprender com dignidade e respeito.

Segundo Souza (2019), a educação inclusiva vai além da simples presença física dos alunos com necessidades especiais na escola regular; envolve a transformação das práticas pedagógicas e do ambiente escolar para acolher a diversidade humana, reconhecendo as diferentes formas de aprender e expressar conhecimento. Para isso, é necessário o desenvolvimento de uma cultura escolar inclusiva, que combata preconceitos e promova o respeito à diversidade.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2020), a inclusão escolar é um processo contínuo que requer mudanças estruturais no sistema educacional, com políticas públicas que garantam formação adequada para professores, recursos pedagógicos acessíveis e a participação ativa da comunidade escolar.

2.2 Legislação e Políticas Públicas para a Educação Inclusiva

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, garantindo igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988). Esse princípio é reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, que

assegura atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996).

O Decreto nº 6.571/2008 dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamentando a oferta de recursos e serviços de apoio pedagógico, em salas de recursos multifuncionais, com o objetivo de complementar a formação dos alunos e garantir sua plena participação nas atividades escolares (BRASIL, 2008).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) também representa um marco, ao promover a inserção dos alunos com deficiência no ensino regular, propondo práticas pedagógicas inclusivas e formação continuada de professores.

2.3 A Inclusão na Disciplina de História

O ensino de História deve assumir um papel central na formação crítica e cidadã dos estudantes, incentivando a compreensão da pluralidade cultural, social e histórica presente na sociedade contemporânea. A inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas na disciplina requer a adoção de práticas pedagógicas diversificadas, que considerem diferentes estilos de aprendizagem, linguagens e ritmos, garantindo a participação efetiva de todos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2023).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 14.126/2021) reforça que o sistema educacional deve assegurar o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos estudantes, eliminando barreiras pedagógicas e promovendo adaptações curriculares e recursos acessíveis. Neste contexto, o ensino de História deve ser planejado de forma a respeitar as singularidades dos alunos, promovendo uma educação democrática, que valorize a diversidade e estimule o pensamento crítico e a empatia (BRASIL, 2021).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) atualizada em 2022 destaca que o ensino de História deve fomentar o reconhecimento e o respeito às múltiplas identidades e narrativas presentes no território nacional, incentivando a análise crítica de processos históricos e sociais. O professor deve utilizar metodologias inclusivas, como o uso de recursos multimídia, atividades colaborativas e materiais adaptados, para garantir a participação ativa de todos os estudantes, conforme

previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Inclusiva (CONSED, 2023).

Para Fonseca e Almeida (2024), a preparação do professor de História para lidar com a diversidade da turma é essencial para combater preconceitos e práticas discriminatórias. O docente deve criar um ambiente educacional acolhedor e plural, promovendo o respeito às diferenças e a construção coletiva do conhecimento histórico, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a justiça social.

2.4 Práticas Pedagógicas e Desafios no Ensino da História

O processo de inclusão no ensino de História impõe desafios significativos aos docentes, especialmente no que diz respeito à adequação dos conteúdos, à utilização de linguagem acessível e à criação de atividades que envolvam todos os estudantes. Segundo Carvalho (2020), práticas pedagógicas inclusivas exigem planejamento colaborativo, apoio da equipe multidisciplinar e constante reflexão sobre as necessidades individuais dos alunos.

A formação inicial e continuada dos professores é apontada como fator determinante para o sucesso da inclusão escolar. De acordo com Gatti e Barreto (2018), muitos docentes ainda não se sentem preparados para trabalhar com a diversidade presente nas salas de aula, o que pode comprometer a qualidade da aprendizagem.

No mesmo contexto, a ausência de materiais didáticos acessíveis e de apoio institucional adequado são obstáculos frequentes relatados por professores (SILVA; MORAES, 2020). Tais dificuldades exigem políticas públicas mais efetivas e investimentos na infraestrutura escolar.

2.5 Ferramentas Digitais e Atividades Lúdicas na Educação Inclusiva

O uso de tecnologias digitais e de atividades lúdicas têm se mostrado uma estratégia eficaz para promover a inclusão escolar, especialmente no ensino de História. Ferramentas como vídeos, jogos, mapas interativos e plataformas educacionais contribuem para tornar os conteúdos mais acessíveis e atrativos para os alunos com diferentes estilos de aprendizagem (SANTOS; LIMA, 2021).

A ludicidade, por sua vez, permite a construção do conhecimento de forma prazerosa e participativa, favorecendo a inclusão de estudantes com deficiência

intelectual, transtorno do espectro autista e dificuldades de aprendizagem (PEREIRA; COSTA, 2019). Jogos educativos, dramatizações e atividades com materiais manipulativos são exemplos de práticas que estimulam a socialização e o desenvolvimento cognitivo.

É importante destacar que a seleção e o uso dessas ferramentas devem estar alinhados ao planejamento pedagógico e às necessidades específicas de cada turma, respeitando os princípios da educação inclusiva e garantindo a participação ativa de todos os alunos no processo de ensino-aprendizagem (MACHADO, 2023).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a aplicação do ensino inclusivo nas aulas de História para alunos com necessidades educacionais especiais do Ensino Fundamental II – Anos Finais. Para isso, delineou-se uma metodologia que contempla o tipo de pesquisa adotado, os instrumentos utilizados na coleta de dados e os procedimentos empregados na análise das informações. A investigação baseou-se na análise documental do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, dos planos de aula do professor e do livro didático utilizado pela turma do 8.º ano do Ensino Fundamental.

3.1 Tipo de Pesquisa

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir uma compreensão aprofundada das práticas pedagógicas e da percepção dos professores quanto à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino de História.

Segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 49), “a pesquisa qualitativa tem como característica a obtenção de dados descritivos por meio do contato direto do pesquisador com o ambiente estudado”, o que se mostra pertinente ao objeto desta investigação. Ao mesmo tempo, a pesquisa é exploratória, pois busca compreender um fenômeno ainda pouco investigado em seu contexto específico; e é descritiva, pois apresenta informações detalhadas sobre as estratégias, recursos e desafios relatados pelos docentes participantes.

A coleta de dados desta pesquisa foi realizada por meio da análise documental, com foco nos materiais pedagógicos utilizados pelo docente e nos documentos institucionais da escola. Entre os materiais analisados, destaca-se o livro didático adotado pela escola: SuperAÇÃO! História, de Caroline Minorelli e Charles Chiba (Código da Coleção: 0028 P24 01 00 208 040). Esse recurso foi examinado com o intuito de verificar se sua proposta pedagógica contempla os princípios da educação inclusiva. O livro apresenta metodologias ativas, como o trabalho por projetos, e conteúdos voltados à formação cidadã, priorizando temas contemporâneos e incentivando o protagonismo dos estudantes. A análise considerou a linguagem, as atividades, a abordagem dos conteúdos e a representatividade das diversidades sociais, étnicas e culturais.

Também foi objeto de análise o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição, documento que orienta a prática pedagógica e expressa a concepção de educação adotada pela escola. O PPP, atualizado em 2024, permitiu identificar as diretrizes da escola em relação à inclusão, ao atendimento educacional especializado (AEE), à formação docente, bem como à articulação entre professores, equipe gestora e demais setores da comunidade escolar.

A análise conjunta desses documentos possibilitou uma compreensão fundamentada da realidade investigada, evidenciando tanto os avanços quanto os desafios que ainda persistem na promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva nas aulas de História.

3.2 Instrumentos e Procedimentos de Coleta de Dados

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo qualitativa, segundo Bardin (2016), que possibilita identificar, organizar e interpretar os sentidos expressos nas informações coletadas. Inicialmente, foram feitas leituras atentas dos documentos analisados, com o intuito de conhecer melhor o material.

Em seguida, os dados foram agrupados em categorias temáticas, construídas com base nos objetivos da pesquisa e nos principais aspectos que surgiram durante a coleta. Essas categorias incluíram as práticas pedagógicas inclusivas, os recursos didáticos utilizados, os desafios enfrentados pelo professor, além da influência do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e do material didático adotado pela escola.

Buscou-se compreender, de forma integrada, como as estratégias de ensino favorecem ou dificultam a inclusão dos estudantes com necessidades educacionais

especiais nas aulas de História. Para isso, foram observadas as adaptações nos planejamentos curriculares, as metodologias aplicadas, e o uso de ferramentas digitais e atividades lúdicas.

A análise documental possibilitou também confrontar o que está previsto nos documentos institucionais e no material didático com o planejamento pedagógico da escola, apontando eventuais diferenças entre a proposta pedagógica oficial e a realidade planejada pela instituição.

Por fim, a triangulação dos dados garantiu a confiabilidade dos resultados, permitindo uma interpretação aprofundada e contextualizada dos fenômenos investigados, contribuindo para entender melhor os desafios e as possibilidades da educação inclusiva no ensino de História.

3.3 Análise dos Dados

A partir da organização e categorização das informações coletadas, realizou-se a análise dos dados com foco nas práticas pedagógicas inclusivas adotadas nas aulas de História, nos desafios enfrentados pelo professor. A análise qualitativa permitiu identificar os principais pontos fortes e as dificuldades encontradas no processo de inclusão.

Observou-se, por meio da análise do planejamento pedagógico, que são previstas estratégias diversificadas para contemplar a diversidade dos estudantes, promovendo atividades que valorizam diferentes estilos de aprendizagem e formas de expressão. O uso de recursos digitais e Metodologias Ativas, como vídeos e dinâmicas em grupo, está planejado para engajar os alunos e facilitar a compreensão dos conteúdos.

Por outro lado, a análise evidenciou a necessidade de aprimoramento em aspectos relacionados à avaliação, que carece de instrumentos sistematizados para acompanhar o desenvolvimento individual dos estudantes com necessidades educacionais especiais. Essa lacuna dificulta a adaptação das intervenções pedagógicas e o monitoramento do progresso dos alunos.

Além disso, a influência do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola foi identificada como um importante norteador das práticas docentes, especialmente no que diz respeito ao compromisso com a inclusão e à promoção de um ambiente acolhedor e participativo. No entanto, a efetivação dessas diretrizes enfrenta limitações práticas, como a falta de formação específica e recursos adequados.

A análise também ressaltou a importância do trabalho coletivo e da articulação entre professores, equipe pedagógica e famílias para fortalecer a inclusão e garantir o sucesso do processo educativo. Dessa forma, os dados indicam 20 que, embora existam avanços significativos, ainda há desafios a serem superados para assegurar uma educação inclusiva de qualidade.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção tem por objetivo apresentar uma análise detalhada e fundamentada dos resultados obtidos na pesquisa, correlacionando-os com as teorias e práticas reconhecidas na área da educação inclusiva e ensino de História. Busca-se discutir não apenas o que foi analisado, mas também as implicações pedagógicas, sociais e políticas da inclusão escolar.

O plano de aula elaborado pelo professor de História do 8º ano demonstra uma abordagem pedagógica alinhada aos princípios da educação inclusiva, evidenciando o compromisso com a diversidade e a equidade no ambiente escolar.

De acordo com o documento analisado, o docente propõe uma sequência didática estruturada em quatro momentos: aquecimento, exploração, atividade principal e fechamento, com estratégias que promovem a participação ativa dos estudantes e a valorização das múltiplas formas de aprendizagem.

Na etapa de aquecimento, o professor utiliza o vídeo “A Revolução Francesa em 10 minutos”, disponível no canal História Online do YouTube, como recurso para introduzir o conteúdo de forma acessível e visual. Essa estratégia favorece a compreensão conceitual inicial, especialmente para alunos com dificuldades na leitura ou com estilos de aprendizagem visuais.

Durante a fase de exploração, promove-se uma roda de conversa orientada por perguntas problematizadoras, como “Por que o povo francês se revoltou?” e “O que mudou após a Revolução?”, o que estimula o pensamento crítico e oportuniza que os alunos expressem suas ideias e conhecimentos prévios. Na atividade principal, os estudantes são divididos em grupos, recebendo personagens históricos diversos, como camponês, burguês, nobre, filósofo iluminista ou Maria Antonieta, e são convidados a participar de uma encenação ou debate dramatizado, defendendo seus pontos de vista com base em folhetos com perfis históricos simplificados. Tal proposta contempla metodologias ativas e recursos multimodais, permitindo

diferentes formas de expressão e favorecendo a inclusão de alunos com necessidades específicas.

Essas práticas estão em consonância com as orientações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que recomenda a flexibilização curricular e a diversificação metodológica como formas de garantir o acesso ao currículo por todos os alunos.

“A diversificação das estratégias pedagógicas é fundamental para garantir o acesso efetivo ao conhecimento e o desenvolvimento integral dos alunos, especialmente daqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem” (MORAN, 2015, p. 148).

O plano também contempla um momento de fechamento reflexivo, com discussão coletiva e produção de mapa mental ou texto individual sobre os legados da Revolução Francesa, o que permite uma síntese crítica e pessoal dos conteúdos trabalhados. Essa articulação entre conteúdo histórico e realidade social aproxima-se da pedagogia freireana, que defende um ensino contextualizado e dialógico.

Como destaca Freire:

Ensinar exige respeito à autonomia do ser do educando. [...] Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Ensinar exige o reconhecimento e a assunção da identidade cultural (FREIRE, 1996, p. 70).

Contudo, observou-se a ausência de instrumentos formais e sistematizados de avaliação formativa e adaptada, o que representa uma limitação do plano no que se refere ao acompanhamento contínuo do desenvolvimento individual dos alunos com deficiências. A avaliação é um dos pilares da inclusão, e sua ausência dificulta a identificação de avanços, lacunas e necessidades específicas no processo de aprendizagem.

Conforme ressalta Luckesi:

“Avaliar é um ato amoroso, porque é um ato de cuidar do outro em sua singularidade. É por meio da avaliação compreensiva e formativa que se identifica o processo de aprendizado de cada estudante e se promove, com justiça, seu avanço pedagógico” (LUCKESI, 2018, p. 112).

Portanto, embora o plano de aula demonstra avanços significativos em termos de metodologias inclusivas e recursos didáticos, recomenda-se o aprimoramento dos critérios de avaliação individualizada, de modo a garantir que todos os

estudantes, inclusive os que apresentam necessidades educacionais especiais, possam ter seu progresso reconhecido e respeitado.

4.1 Análise do Plano de Aula do Professor de História

A análise do plano de aula elaborado pelo professor de História do 8º ano revela um esforço significativo de articulação entre o conteúdo curricular, práticas pedagógicas inclusivas e metodologias ativas. O planejamento demonstra sensibilidade às diferentes formas de aprendizagem, com o objetivo de garantir a participação de todos os estudantes, inclusive daqueles com necessidades educacionais especiais.

A estrutura didática proposta contempla quatro momentos distintos — aquecimento, exploração, atividade principal e fechamento —, evidenciando uma organização coerente com os princípios do Design Universal para a Aprendizagem (DUA). Essa abordagem orienta a criação de estratégias diversificadas e acessíveis desde a etapa do planejamento, promovendo a equidade no acesso ao conhecimento. Tais diretrizes estão em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que enfatiza a importância da flexibilização curricular e da utilização de recursos pedagógicos acessíveis como forma de atender à diversidade presente no ambiente escolar (BRASIL, 2008).

Na fase inicial, a proposta de utilizar um vídeo educativo sobre a Revolução Francesa, retirado de um canal de história no YouTube, mostra-se eficaz para contextualizar o conteúdo de maneira visual e sintética. Esse recurso favorece, especialmente, alunos com dificuldades de leitura, deficiência intelectual leve ou com estilo de aprendizagem predominantemente visual. A adoção de tecnologias e mídias digitais nesse contexto amplia as possibilidades de acesso ao conteúdo, tornando o ensino mais dinâmico e inclusivo.

O segundo momento, dedicado à exploração do tema, é desenvolvido por meio de uma roda de conversa. Essa estratégia favorece a escuta ativa, o diálogo e o desenvolvimento do pensamento crítico. A mediação do professor, por meio de perguntas instigadoras, proporciona a construção coletiva do saber, respeitando os diferentes ritmos e níveis de compreensão dos alunos.

A atividade principal consiste na dramatização de personagens históricos, com os estudantes organizados em grupos representando distintos sujeitos sociais da Revolução Francesa. Essa dinâmica estimula o protagonismo estudantil, promove a empatia, fortalece a argumentação e incentiva o trabalho colaborativo. Além disso, permite múltiplas formas de expressão — oral, corporal e escrita —, o que é fundamental para garantir a inclusão de alunos com diferentes perfis e habilidades. Conforme defende Moran (2015, p. 25), “as metodologias ativas estimulam o engajamento, o protagonismo e a autonomia dos estudantes, permitindo que aprendam de forma mais significativa e duradoura”.

O fechamento da aula é realizado por meio da produção de mapas mentais ou textos individuais, integrando o conteúdo ao contexto vivido pelos estudantes. Essa etapa reflete os princípios da pedagogia freireana, ao valorizar a construção do conhecimento a partir da realidade dos educandos, promovendo a reflexão crítica e a autonomia intelectual (FREIRE, 1996).

Apesar dos avanços observados no plano de aula, identifica-se a ausência de dispositivos de avaliação diagnóstica e formativa específicos para alunos com deficiência. Essa lacuna compromete o acompanhamento contínuo da aprendizagem e dificulta a adequação das estratégias pedagógicas ao perfil dos estudantes. De acordo com Luckesi (2018, p. 97), “a avaliação, quando compreendida como um ato integrador e formativo, permite que o professor acompanhe o desenvolvimento do aluno com sensibilidade e respeito às suas singularidades”.

Dessa forma, conclui-se que o plano analisado contempla práticas pedagógicas coerentes com os princípios da inclusão e do protagonismo discente. No entanto, para que a proposta pedagógica se torne mais eficaz e plenamente inclusiva, é fundamental o aprimoramento dos instrumentos avaliativos, garantindo que a diversidade dos estudantes seja reconhecida e valorizada em todas as etapas do processo educativo.

4.2 A Inclusão Escolar na Prática

A análise dos documentos institucionais, do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e do planejamento pedagógico mostrou que a escola desenvolve diversas ações para incluir alunos com necessidades especiais. O PPP, disponível na própria escola em formato físico não disponível em plataformas digitais, está situada numa

região central de Candelária, de fácil acesso por ruas pavimentadas. O prédio é bem estruturado, passou por recente reforma e possui rampas de acessibilidade, favorecendo um ambiente mais inclusivo.

Embora o planejamento contemple a inclusão, para que essa prática seja efetiva são necessárias adaptações, apoio especializado e um ambiente acolhedor. O planejamento aponta que o professor de História adota estratégias que envolvem todos os alunos, respeitando as diferenças individuais. Estão previstas atividades diversificadas, como dramatizações e construção de mapas visuais, que facilitem o aprendizado de todos.

A escola conta com monitores para auxiliar alunos com necessidades especiais, promovendo um ambiente colaborativo. O planejamento também destaca a importância do trabalho coletivo entre professores, monitores e outros profissionais, conforme orienta a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2008), reforçando a necessidade dessa colaboração para garantir igualdade de oportunidades.

Os documentos valorizam um ambiente escolar que promove respeito e cooperação entre alunos e professores, criando vínculos positivos e ajudando a superar preconceitos.

Apesar dos avanços, há desafios, principalmente na formação contínua dos professores para lidar com adaptações curriculares e tecnologias assistivas, pois muitos ainda se sentem inseguros diante da diversidade das turmas. Como afirmam Bogdan e Biklen (1994), é fundamental um olhar sensível e atento para trabalhar bem com turmas heterogêneas.

Assim, a inclusão dos alunos com necessidades especiais no ensino de História requer planejamento, formação adequada, recursos e compromisso com a justiça educacional. Valorizar a diversidade é enriquecer o ensino e construir uma escola verdadeiramente inclusiva.

4.3 Ferramentas Digitais, Atividades Lúdicas e Desafios na Inclusão Escolar

A integração de ferramentas digitais e atividades lúdicas no ensino de História tem se mostrado uma estratégia eficaz para envolver os alunos, especialmente em turmas com diversidade de necessidades educacionais. A análise do planejamento pedagógico indicou o uso intencional de recursos audiovisuais, como vídeos, e

propostas lúdicas, que atuam como mediadores do conhecimento histórico, favorecendo o engajamento e a compreensão dos conteúdos por parte dos estudantes.

Por exemplo, a utilização do vídeo “A Revolução Francesa em 10 minutos” representa uma ferramenta importante para tornar o conteúdo acessível e atraente, especialmente para alunos com estilos visuais de aprendizagem, dificuldades de leitura ou déficit de atenção. Segundo Moran (2015), “às tecnologias digitais, quando integradas de maneira crítica e criativa, potencializam a aprendizagem ativa e significativa dos alunos” (p. 22), o que reforça a relevância desses recursos para a democratização do ensino.

As atividades lúdicas previstas no planejamento, como dramatizações e jogos de papéis, também são essenciais para estimular a participação e o protagonismo dos alunos, inclusive daqueles com deficiências. A vivência de personagens históricos possibilita uma aprendizagem mais emocional e colaborativa, alinhada às metodologias ativas que valorizam a interação do estudante com o meio.

Além do aspecto motivacional, a ludicidade favorece o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia e cooperação. Santos e Souza (2016) destacam que “as atividades lúdicas favorecem a inclusão por permitirem que os alunos aprendam de forma prazerosa, respeitando seus ritmos e estilos de aprendizagem” (p. 141). Dessa forma, a sala de aula torna-se um espaço acolhedor, estimulante e inclusivo.

Outro recurso relevante identificado no planejamento é o uso de mapas mentais para sistematizar o conhecimento. Essa técnica, que associa imagens, palavras-chave e cores, é especialmente útil para alunos com dificuldades de organização textual ou com deficiência intelectual leve, pois facilita a visualização das relações entre conceitos e permite múltiplas formas de expressão do pensamento.

Entretanto, a análise documental também apontou desafios significativos na inclusão escolar. Apesar do uso crescente de tecnologias, faltam recursos digitais acessíveis, como leitores de tela, legendas em vídeos e softwares adaptados, que ampliaram a participação dos alunos com deficiências sensoriais. A inclusão digital, portanto, precisa ir além do simples uso de tecnologia, garantindo sua acessibilidade para todos.

A formação continuada dos professores para lidar com adaptações curriculares e tecnologias assistivas ainda é insuficiente. A oferta de cursos na área de inclusão, muitas vezes, é restrita aos profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), deixando docentes das disciplinas regulares, como História, sem o preparo necessário para adequar conteúdos e avaliações às necessidades dos alunos.

Outro desafio está relacionado aos materiais didáticos, que não são adaptados para atender às demandas dos estudantes com deficiência, dificultando seu acesso ao conteúdo. A avaliação, por sua vez, nem sempre considera os diferentes ritmos e formas de aprender, o que pode comprometer a efetividade do processo inclusivo. Luckesi (2018) ressalta que “a avaliação deve considerar o ser humano em sua totalidade, reconhecendo suas potencialidades e dificuldades como parte de um processo contínuo de construção do conhecimento” (p. 115).

Por fim, mesmo em um ambiente acolhedor, ainda persistem barreiras atitudinais e preconceitos sutis que precisam ser combatidos com ações de conscientização e valorização da diversidade. Conforme Mantoan e Prieto (2006), “todos os professores, independentemente da disciplina que ensinam, devem estar preparados para atender à diversidade dos alunos, pois a inclusão não é responsabilidade de um único profissional, mas da escola como um todo” (p. 48).

Portanto, a utilização de ferramentas digitais e atividades lúdicas representa um caminho promissor para a inclusão no ensino de História. Contudo, é fundamental que essa integração seja acompanhada de formação docente, adaptação de materiais e um compromisso coletivo com uma educação equitativa, que valorize verdadeiramente a diversidade e garanta a participação de todos os estudantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar a Inclusão De Alunos Com Necessidades Educacionais Especiais Nas Aulas De História: Um Estudo Sobre Práticas Pedagógicas Inclusivas no 8º ano do Ensino Fundamental – anos finais II, com ênfase nas práticas pedagógicas presentes na rede pública estadual. A análise foi realizada com base no planejamento do professor, nos materiais didáticos utilizados e em pesquisas bibliográficas sobre o tema. A partir desses elementos, foi possível compreender como o uso de estratégias diversificadas como atividades lúdicas, ferramentas digitais e metodologias ativas pode contribuir para o envolvimento dos estudantes e para a construção de um ensino mais alinhado aos princípios da educação inclusiva. Constatou-se que os materiais analisados evidenciam uma intenção de tornar o ensino mais acessível, respeitando as diferentes formas de aprender e buscando favorecer a participação de todos os alunos. A diversidade de estratégias e o esforço por uma aprendizagem significativa revelam um compromisso pedagógico com o direito à educação de qualidade para todos.

Entretanto, a análise também apontou dificuldades relevantes. A ausência de formação continuada específica para professores de disciplinas como História ainda representa um obstáculo importante. Os cursos oferecidos pelo governo do Rio Grande do Sul são, em sua maioria, voltados ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), deixando de lado a preparação dos docentes que atuam diretamente nas salas comuns. Além disso, os livros didáticos avaliados não apresentam adaptações que contemplem as necessidades dos alunos com deficiência. Ainda há uma carência significativa de materiais acessíveis, tecnologias assistivas e instrumentos avaliativos flexíveis, capazes de atender às diferentes realidades dos estudantes. Embora a escola, por meio de sua equipe gestora, busque promover momentos de diálogo sobre a inclusão, tais iniciativas ainda se mostram insuficientes diante da complexidade do tema.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola reafirma seu compromisso com a inclusão, mas a efetivação desse compromisso depende de ações mais concretas por parte do poder público e da mantenedora. Embora os professores se empenhem e façam o possível dentro de suas condições, é fundamental que haja investimento em infraestrutura, formação continuada, recursos pedagógicos e

materiais acessíveis. Apenas com esse apoio será possível consolidar uma cultura escolar verdadeiramente inclusiva, baseada na valorização da diversidade e na garantia do direito à aprendizagem para todos.

Conclui-se, portanto, que promover a inclusão escolar requer mais do que boa vontade: exige políticas públicas consistentes, investimentos adequados e o fortalecimento de redes de apoio aos profissionais da educação.

O papel do professor de História, assim como dos demais docentes, é essencial nesse processo, pois suas práticas pedagógicas podem contribuir significativamente para a construção de uma escola mais democrática, empática e transformadora.

Este trabalho propõe uma reflexão crítica sobre os desafios da inclusão nas aulas de História e ressalta a importância de ações concretas que assegurem o acesso igualitário ao conhecimento. Para o futuro, espera-se que novas pesquisas avancem na elaboração de recursos pedagógicos acessíveis, formações específicas e práticas integradas entre disciplinas, contribuindo para ambientes escolares mais equitativos, respeitosos e capazes de promover uma aprendizagem significativa para todos os estudantes.

Este estudo poderá contribuir significativamente para a comunidade acadêmica, profissionais da área da educação, docentes de História e pesquisadores que se dedicam à temática da inclusão escolar. Busca-se promover uma compreensão mais sensível e profunda sobre os desafios e possibilidades da inclusão nas aulas de História.

Espera-se que educadores, gestores e estudantes que venham a ter contato com este trabalho reflitam criticamente sobre seu papel na construção de uma escola pública mais justa, democrática e acolhedora.

Nesse sentido, este estudo pode servir como referência para a implementação de práticas pedagógicas mais humanas, empáticas e transformadoras, que reconheçam e valorizem as diferentes formas de aprendizagem, assegurando o respeito à singularidade dos estudantes.

Tais práticas devem considerar todos os educandos como sujeitos de direitos, plenamente capazes de aprender, participar ativamente e construir conhecimentos de forma significativa.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Maria Manuela Teixeira da Silva. 4. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Regulamenta o atendimento educacional especializado. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 set. 2008.

BRASIL. Decreto nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023. Revoga o Decreto nº 10.502/2020 e restabelece a SECADI, reforçando a educação inclusiva. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021. Altera dispositivos legais para inclusão da visão monocular como deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília: MEC, 2022.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Inclusiva. Ministério da Educação, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

CARVALHO, Rosilene Souza Oliveira. *Práticas pedagógicas inclusivas e seus desafios no ensino de História*. Petrolina, PE, 2020.

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSOR PENEDO. *Projeto Político-Pedagógico*. Candelária, RS, 2023. Documento interno.

FONSECA, Selva Guimarães. *Preparação do professor de História para a inclusão escolar*. [S.I.], 2022.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, Bernardete A. *Formação docente e inclusão escolar: desafios e perspectivas*. [S.I.], 2018.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

MORAN, José Manuel. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. In: BACICH, Lilian; MORAN, José Manuel (org.). *Metodologias ativas para uma educação inovadora*. Porto Alegre: Penso, 2015. p. 13-35.

SANTOS, Maria Clara; SOUZA, Rafael Tavares. Inclusão e práticas pedagógicas: desafios e possibilidades. *Revista Educação em Debate*, Fortaleza, v. 38, n. 71, p. 135-148, 2016.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. *Diretrizes para a Educação Inclusiva no Ensino Fundamental*. São Paulo, 2017.

UNESCO. *Relatório mundial sobre educação inclusiva: garantir a inclusão e equidade para todos os estudantes*. Paris: UNESCO, 2020.

ANEXOS

Plano de Aula: Revolução Francesa

Componente Curricular: História

Ano: 8º ano do Ensino Fundamental

Duração: 2 aulas (50 min cada)

Tema: A Revolução Francesa e seus impactos sociais e políticos

Habilidade da BNCC:

EF08HI07 – Identificar os ideais iluministas e liberais presentes nas revoluções do século XVIII, analisando suas repercussões sociais, políticas e econômicas.

Objetivos de Aprendizagem:

- Compreender as causas e o contexto da Revolução Francesa.
- Reconhecer os principais acontecimentos e fases da Revolução.
- Analisar os ideais iluministas presentes no movimento.
- Refletir sobre os impactos sociais e políticos da Revolução na França e no mundo.

Conteúdos:

- Crise do Antigo Regime
- Iluminismo e seus pensadores
- Queda da Bastilha e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão
- Fases da Revolução Francesa
- Consequências e desdobramentos históricos

Metodologia:

1. **Aquecimento (10 min):**
Exibição de um trecho do vídeo "A Revolução Francesa em 10 minutos" (ex: canal YouTube – História Online).
2. **Exploração (20 min):**
Roda de conversa guiada com perguntas como:
 - Por que o povo francês se revoltou?
 - Quais ideias influenciaram essa revolta?
 - O que mudou após a Revolução?
3. **Atividade Principal (40 min):**
 - Divisão da turma em grupos.
 - Cada grupo recebe um personagem histórico (camponês, burguês, nobre, filósofo iluminista, rainha Maria Antonieta, etc.).
 - Os alunos deverão montar uma **encenação ou roda de debate teatralizada**, defendendo seus pontos de vista sobre os acontecimentos da Revolução.
 - Apoio com material de pesquisa simplificado (folhetos com informações básicas sobre cada personagem).
4. **Fechamento (30 min):**
 - Discussão coletiva: Quais interesses estavam em jogo?
 - Quais conquistas da Revolução ainda influenciam o mundo atual?
 - Produção de um pequeno texto individual ou mapa mental sobre os legados da Revolução.

Avaliação:

- Participação nas discussões e atividades em grupo.
- Clareza e coerência nos argumentos dos personagens durante a dramatização.
- Produção escrita ou mapa mental como síntese final.

Recursos Didáticos:

- Vídeo introdutório
- Folhetos com perfis históricos
- Quadro branco ou cartolinas
- Recursos audiovisuais (caixa de som, projetor)

Adaptação das etapas da aula:**1. Aquecimento – Vídeo (10 min):**

- O aluno assiste ao vídeo com toda a turma.
- Receberá um **roteiro impresso com imagens e palavras-chave** (ex: "rei", "povo", "revolta", "direitos") para acompanhar e anotar com ajuda, se necessário.

2. Exploração oral (20 min):

- Durante a roda de conversa, o aluno pode participar ouvindo e, se desejar, contribuir com frases curtas ou palavras-chave que anotou.
- Pode contar com um colega tutor ou apoio para ajudá-lo a registrar ideias no caderno com frases simples.

3. Atividade Principal – Dramatização (40 min):

- O aluno participa com a turma, representando um personagem com **fala curta e decorada** (ex: "Sou do povo. Estou com fome. Quero mudança.").
- Pode usar um **cartaz com sua fala escrita e uma imagem do personagem** para facilitar a memorização e comunicação.

4. Atividade Complementar Individual (além da dramatização):

- Após a dramatização, enquanto os colegas fazem o mapa mental ou texto final, o aluno realizará uma **atividade adaptada com apoio visual**, como:
 - **Sequência de figuras** para ordenar os principais eventos da Revolução (ex: Rei → Povo revoltado → Queda da Bastilha → Direitos do Homem).
 - **Ligação de imagens a palavras ou pequenas frases** (ex: ligar imagem do rei à palavra "poder"; imagem do povo à palavra "justiça").

5. Fechamento (30 min):

- O aluno compartilha oralmente, com ajuda do professor ou colega, o que aprendeu, usando as imagens da sua atividade como apoio.
- Pode gravar um **áudio curto explicando com suas palavras** um acontecimento marcante da Revolução, reforçando sua participação.

Recursos de apoio específicos:

- Cartões com imagens e palavras-chave
- Fichas com falas adaptadas para a dramatização
- Apoio de colega-tutor ou professor auxiliar
- Atividade impressa com instruções visuais e escritas simples
- Opção de uso de fone de ouvido para concentração, se necessário

Alguns recortes do PPP analisado

6.5 OS PRINCÍPIOS DO PPP:

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III. pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV. respeito à liberdade e apreço

à tolerância; V. coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII. valorização do profissional da educação escolar; VIII. gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX. garantia de padrão de qualidade; X. valorização da experiência extraescolar; XI. vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais." (BRASIL, 1996).

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

6.5.1 Democratização do acesso e permanência com sucesso de estudantes na escola.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, em seu artigo 1º, "A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Desta forma, podemos considerar que a educação não é somente aquela que acontece na escola em salas de aula, mas ultrapassa os muros das instituições de ensino sistematizadas e formais.

Todos os princípios do ensino estão comprometidos com a educação para todos. Contudo, o Ensino Fundamental encontra-se alicerçado pelas políticas como obrigatório e gratuito na escola pública às crianças de 6 a 14 anos de idade. Com garantias de acesso e permanência como atendimento ao educando, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

A democratização da educação não se limita somente ao acesso à instituição de ensino. A garantia do acesso é essencial, mas torna-se necessário também que todas as crianças que ingressam na escola tenham condições de permanecer e aprender de forma significativa, todos os conhecimentos indispensáveis à sua vida em sociedade.

Que ao sair da escola o aluno saiba ler, escrever, interpretar, argumentar, decidir,

se defender, entre tantas outras competências. Nesse sentido, o sucesso escolar é o retorno da qualidade de ensino, um ensino democrático, direito de todos.

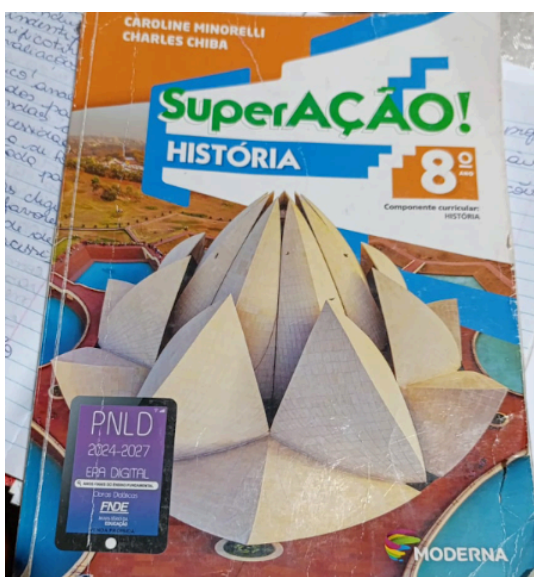
6.5.5 Qualidade de ensino para todas as escolas

Um ensino de qualidade que torne o aprendizado prazeroso é resultado de um conjunto coerente de processos que devem ser planejados e efetivados , potencializando a pluralidade de abordagens na educação.

6.5.6 Valorização dos profissionais da educação

A valorização do professor é o primeiro passo para garantir uma educação de qualidade. A atuação do docente tem impacto dentro e fora da sala de aula, seja no desempenho dos estudantes, na qualidade da escola e no progresso do país. Para isso, o professor deve ser remunerado de forma adequada, receber os recursos necessários para realizar sua função e ter voz ativa na elaboração de políticas para a educação.

Valorizar os professores é condição fundamental para a melhoria da escola pública, e deve integrar as políticas públicas.



Livro analisado.